

A mão política do Senado

Chico Mendonça

BRASÍLIA — Quando três funcionários do desconhecido Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (Cedesen) subiram ao quarto andar do Ministério da Economia, naquele início de maio, tinham a sensação de que estavam pensando alto demais ao organizar um inédito seminário sobre renegociação da dívida externa brasileira com a presença, entre outros, de representantes de outros países devedores, do FMI e dos bancos credores. Depois da conversa com o embaixador Jório Dauster, então recém-nomeado negociador da dívida, tinham outra certeza. Havia criado o instrumento que Dauster desejava para mostrar aos credores que não estará falando apenas pelo governo quando iniciar a negociação, neste segundo semestre. Por trás dele estará também a mão política do Senado, a quem cabe, constitucionalmente, aprovar qualquer acordo sobre a dívida.

“Mas isso é ótimo”, reagiu entusiasmado o embaixador, para surpresa de Arakén Tabajara Costa, diretor do Cedesen, e dos assessores Antônio José Barbosa e Vera Americano Bueno. Dauster, além do entusiasmo, também tomou iniciativas e, no próximo dia 9, estará sentado à mesa do seminário ao lado do presidente do Citibank, John Reed, maior credor brasileiro, de representantes do Banco de Tóquio e do governo francês, além do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. No final da última semana, ainda se tentava a participação de um integrante do Clube de Paris, em substituição ao presidente da Itália, Bettino Craxi, com dificuldades de agenda e problemas de saúde.

O grau de interesse de Dauster no projeto pôde ser conferido por Arakén logo que chegou ao Senado, de volta do Ministério da Economia. O embaixador havia informado que entraria em contato com o Itamarati para que assumisse os contatos com os convidados estrangeiros. Dez mi-

nutos depois, sobre a mesa do diretor do Cedesen já havia um recado do secretário-executivo do Ministério das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que retornasse sua ligação. “Estávamos tateando porque não tínhamos experiência na área, mas o embaixador Dauster se entusiasmou e o projeto se multiplicou”, relata Arakén. “Acabou a visão de que a questão da dívida externa é de exclusiva responsabilidade do Executivo”, referenda Dauster.

O Cedesen havia pensado em convidar governos que na história recente fecharam acordos vantajosos com os bancos credores, como México e Venezuela. Pensavam também no FMI, mas como uma ousadia. O negociador da dívida brasileira, já na primeira conversa, sugeriu que fossem convidados o presidente do Banco de Tóquio e representantes do Clube de Paris e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além, é claro, do FMI. Quanto ao BID, Dauster foi profético ou estava bem informado. Ele previu que o banco teria importância estratégica para o Brasil meses antes do lançamento do plano de integração do continente americano, por iniciativa do presidente dos Estados Unidos, George Bush, no qual o BID desempenhará papel gerenciador.

O embaixador ajudou na escolha da data do seminário — de 7 a 9 de agosto. Não por coincidência, poucos dias antes do reinício das negociações com os credores. Quando soube que o presidente do Banco Central estava resistindo em participar do seminário, com medo de uma precipitação, o próprio Dauster discou o número do telefone do gabinete de Eris para convencê-lo do contrário. Há duas semanas, quando Arakén se encontrou pela segunda e última vez com o negociador da dívida brasileira, perguntou qual era sua expectativa sobre o seminário. “Espero que ele apareça como uma questão nacional”, sinalizou Dauster.